

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 211/2019 DE CONTRATO

Termo 211/2019 de contrato, celebrado entre o HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL-HSPM e a empresa PERFIL JD COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP, para fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM) Processo Administrativo 6210.2019/0004211-6 - HSPM.

Aos 18 dias do mês de julho do ano de 2019, nesta Capital de São Paulo, na Rua Castro Alves, 63/73 - 6º andar, na sala da Gestão de Contratos do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CNPJ 46.854.998/0001-92, entidade autárquica regida pela Lei 3.766 de 21 de janeiro de 2004, adiante designado HSPM e, neste ato, representado pelo seu Superintendente, DR. LUIZ CARLOS ZAMARCO, RG 897.862-5 SSP/SP, CPF 760.895.848-00, e do outro a empresa PERFIL JD COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP, CNPJ nº 00.498.571/0001-06 com sede na Avenida Jaime Torres, 1215 – Jardim Popular – São Paulo – SP – CEP 0367-000, e-mail perfiljd@gmail.com, Fone 4561-1231-, neste ato representada pelo SR. JOSUÉ TAVARES DE CARVALHO, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.739.034 e, inscrito no CPF/MF sob nº 052.567.898-05, adiante designado **Contratada**, nos termos da Lei Municipal nº. 13.278 de 07 de janeiro de 2002, o Decreto Municipal nº. 44.279, de 24 de dezembro de 2003 e Decreto nº 46.662 de 24 de Novembro de 2005, Decreto Municipal nº 49.511, de 20 de maio de 2008, Decreto 56.144, de 01 de junho de 2.016, Portaria 126/2016 SMG e as Leis Federais nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002 e nº. 8 666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 23 de dezembro de 2006, e com a autorização contida no processo 6210.2019/0004211-6 - HSPM, firmar o presente Termo 211/2019 de Contrato de para fornecimento GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM), através da Ata de Registro de Preços nº 022/2018-HSPM, fazendo parte integrante deste, e conforme as condições adiante enumeradas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

O objeto deste contrato é para fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM), conforme itens especificados no Pregão Eletrônico 018/2018 e nos termos da autorização contida no processo nº 6210.2017/0002374-6 - HSPM.

CLÁUSULA II – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

2.1 Deverão ser fornecidos os seguintes produtos:

| ITEM | QUANT. | UNID. | OBJETO | Valor Unitário |
|------------------------------|--------|-------|---------------------------------|----------------|
| 02 (vinculado ao item 03) | 450 | QUILO | ISCA DE CUBO DE PEITO DE FRANGO | R\$ 8,44 |

| ITEM | QUANT. | UNID. | OBJETO | Valor Unitário |
|------------------------------|--------|-------|---------|----------------|
| 05 (vinculado ao item 06) | 350 | QUILO | LAGARTO | R\$ 16,89 |

Marca / Fabricante: Jd Foods SIF 3086

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 211/2019 DE CONTRATO

1.1. DESCRIÇÃO:

ISCAS E CUBOS DE PEITO DE FRANGO:

Isca de peito de frango, sem adição de sal e sem temperos, com peso médio de 15 gramas e cubo de peito de frango com peso médio de 30 gramas, proveniente de fatias em secção longitudinal de peito de ave galinácea nova, sem osso, sem pele, manipulada em perfeitas condições higiênicas, proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, congelado em temperatura igual ou inferior a -18 °C (dezoito graus Celsius negativo) ou resfriado na zona térmica de 0 °C a ser definido no ato do pedido. Durante o processamento deverá ser realizada a depenagem e evisceração; aparagem para a eliminação de gordura, pele, osso e cartilagem e controle do índice de absorção da água da ave. O produto deverá atender as especificações técnicas da NTA 03 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, das condições gerais da Portaria SDA/MAPA nº 210, de 10/11/1998 - Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves, do Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, entre outras disposições legais.

EMBALAGEM: Produto acondicionado em saco plástico transparente, resistente, hermeticamente fechado, de acordo com a praxe do fabricante, reembalado em caixa de papelão limpo, íntegro e lacrado, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando o prazo de validade, marca, procedência, condições de armazenamento, número de registro no órgão competente e demais dados conforme a legislação vigente, na embalagem interna e externa.

LAGARTO

Lagarto, redondo, em peças de 1ª qualidade, **sem adição de sal e sem temperos**, proveniente da parte muscular comestível do boi sadio em coxão duro e sem gordura na cobertura, manipulado em perfeitas condições higiênicas, procedente de estabelecimento sob inspeção oficial, mantido congelado na zona térmica de -18 °C ou resfriado na zona térmica de 0 °C a ser definido no ato do pedido. Durante o processamento deverá ser realizada a aparagem para eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses. O produto deverá atender as especificações técnicas da NTA 03 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, das condições gerais do Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, entre outras disposições legais.

EMBALAGEM: O produto deverá ser embalado em sacos de polietileno a vácuo, acondicionado em caixas de papelão lacradas com aproximadamente 30 quilos peso líquido, devidamente rotulado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando o prazo de validade, peso líquido, peso bruto, marca, procedência, condições de armazenamento, número do registro no órgão competente e demais dados conforme legislação vigente, na embalagem interna e externa.

2.2 As condições de fornecimento deverão ser de acordo com o Termo de Referência (Anexo I)

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 211/2019 DE CONTRATO

2. LOCAL DE ENTREGA

2.1. Os produtos deverão ser entregues no seguinte local:

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Serviço Técnico de Nutrição e Dietética
Rua Apeninos, 44–CEP 01533-000–Aclimação–São Paulo / SP
Horário: das 7 (sete) às 13 (treze) horas de segunda a sexta feira do dia marcado.
Fone (11) 3397-7759 / (11) 3397-7760

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.2 Designar um representante para gerenciar o contrato;

2.3 Efetuar os pagamentos conforme os valores e prazos estipulados.

CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as condições especificadas no Anexo I do Edital;

3.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação para esta contratação;

3.3 Aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O valor total do presente contrato é de R\$ 9.709,50 (nove mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos), conforme Nota de Empenho nº. 2.103/2019, nele estando incluídos todos os custos e a margem de lucro da CONTRATADA, que nada mais poderá reclamar a título de contraprestação pela execução de suas obrigações contratuais;

4.2 O preço contratado não será reajustado.

4.3 O pagamento devido será depositado, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da entrega dos produtos objeto de cada Ordem de Fornecimento, na conta corrente informada pela CONTRATADA mantida junto ao Banco Brasil.

4.4 De acordo com a Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, os atrasos de pagamentos por culpa exclusiva do CONTRATANTE ficarão sujeitos a aplicação de compensação financeira calculada através da seguinte fórmula: (TR + 0,5% “PRO-RATA

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 211/2019 DE CONTRATO

TEMPORE”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

4.4.1 O pagamento da compensação financeira estabelecida no item 4.4 dependerá de requerimento a ser formalizado pelo CONTRATADO.

4.5 No presente exercício as despesas decorrentes do ajuste correrão por conta da dotação nº 02.10.10.302.3003.2507.3.3.90.30.00.00.07.99.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

5.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 01 (um) mês, contados da data de sua assinatura e não comportará prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas pertinentes.

6.2 Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

6.2.1 Advertência;

6.2.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante, e que não cause o desabastecimento no Serviço Técnico de Nutrição e Dietética;

6.2.2. Multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, quando o atraso for de até 10 (dez) dias úteis e não acarretar desabastecimento do(s) produto(s) no Serviço Técnico de Nutrição e Dietética, causando assim prejuízo ao andamento do serviço. Para os atrasos superiores a 10 (dez) dias úteis, será aplicada a multa aqui prevista independentemente de desabastecimento ou prejuízo, salvo se decorrente de caso fortuito força maior devidamente comprovados. Atraso superior a 30 (trinta) dias poderá ser considerado inexecução total ou parcial do contato;

6.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

6.2.2 A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração em assinar o contrato **NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, sujeitará o respectivo licitante à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 211/2019 DE CONTRATO

6.2.2.1 Na hipótese de não assinatura dos termos de aditamento ao contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da aplicação da pena prevista no item 6.2.6, o ajuste estará sujeito à rescisão por culpa da detentora;

6.2.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, no caso de recusa imotivada em assinar o contrato ou na hipótese de rescisão do ajuste por culpa da contratada;

6.2.4 Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;

6.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

6.3 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

6.4 No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03 e na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93;

6.5 O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

6.6 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nos casos previstos expressamente no Decreto Municipal de Execução Orçamentária em vigor, no presente exercício, ou seja, quando houver a comprovação pela CONTRATADA de ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação, ou manifestação da unidade requisitante informando que a infração contratual foi decorrente de fato imputável à Administração, devidamente justificada nos autos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A rescisão deste contrato, bem como, qualquer alteração será acolhida conforme dispositivos da Lei 8.666/93.

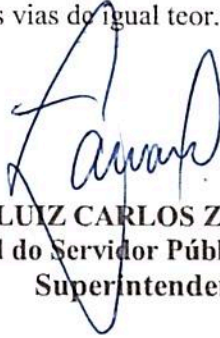
7.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 13.278/02, da Lei Federal nº 8.666/93 e dos demais diplomas legais aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

7.3 “Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.”

Desde já, fica eleito o foro da Comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 211/2019 DE CONTRATO

E por estarem de acordo, as partes contratantes, foi lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.



- DR. LUIZ CARLOS ZAMARCO -
Hospital do Servidor Público Municipal
Superintendente

00.498.571/0001-06

PERFIL JD COMÉRCIO DE
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

Av. Jaime Torres, 123

Jardim Popular - CEP 03670-000

SÃO PAULO - SP

- SR. JOSUÉ TAVARES DE CARVALHO -
Perfil JD Comércio de Produtos Alimentícios Eireli - EPP
Representante

Testemunhas:



Sra. Flávia Ivana Pallinger
RG: 13.274.150-7 - - CPF: 052.110.728-80



Sr. Odair Bezerra
RG 8.036.816 - - CPF 118.187.998-12